



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13833 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

O que dizem os estudantes sobre o Novo Ensino Médio

Dirce Djanira Pacheco E Zan - FACULDADE DE EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

O QUE DIZEM OS ESTUDANTES SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO

RESUMO:

Este trabalho aborda pesquisa em andamento que conta com financiamento CNPq e tem como objetivo compreender a percepção dos jovens estudantes sobre a Reforma do Ensino Médio paulista. A partir da Lei 13415/2017 do Novo Ensino Médio (NEM), mudanças significativas aconteceram nas escolas públicas. Neste texto, é apresentada a avaliação de jovens de 16 e 17 anos, estudantes de 4 escolas da região de Campinas (SP). O levantamento foi feito através de questionário respondido por 112 dos matriculados no 2º ano do Ensino Médio em 2022. As respostas apresentam a desinformação do grupo e apontam para suas preocupações sobre o processo de Reforma, em especial, relacionadas à ampliação do tempo escolar e à defasagem da sua formação em disciplinas e áreas do conhecimento que tradicionalmente fizeram parte do currículo. No que se refere ao tempo expandido, compreendem o impacto que esta mudança terá entre estudantes que conciliam estudo e trabalho, aprofundando desigualdades educacionais e sociais. Além disso, expressam aspectos complexos da disciplina Projeto de Vida, indicam o esvaziamento de conhecimento na escola pública que tem se agravado com a atual Reforma e, ao mesmo tempo, seus projetos de continuidade de estudo ou de ingresso na carreira do funcionalismo público.

PALAVRAS-CHAVE: Novo Ensino Médio, currículo, juventude

INTRODUÇÃO:

O estado de São Paulo foi o primeiro a homologar proposta curricular em acordo com a BNCC e a lei do Novo Ensino Médio (NEM). Desta forma, desde 2021 têm ocorrido alterações significativas na organização das escolas da rede pública, responsável por 81,1% das matrículas nesta etapa.

Como em todo o país, a partir do final dos anos de 1990, passou pela expansão de matrículas no EM promovendo uma maior presença de jovens, mulheres e negros nas instituições escolares (SENKEVICS, 2021). No entanto, a despeito desta expansão, persistem desigualdades históricas, no que se refere à condição de gênero e raça dos estudantes. Essas mudanças têm provocado um intenso debate sobre a necessidade de transformações da escola de nível médio. No entanto, nas políticas e programas do estado, prevalece o argumento das necessárias adequações referendadas pelo desempenho da rede nos exames em larga escala.

No caso de SP, é possível observar que a organização do EM já estava em consonância com o que se apresenta na Lei 13415/2017 desde programas e projetos como o *São Paulo Faz Escola* (2008) ou “Compromisso São Paulo” (2011-2018). Nesses projetos a ênfase esteve na reorganização curricular, na padronização do trabalho dos professores, na redução da rede e “enxugamento de gastos públicos”, com o fechamento de salas e demissão de funcionários temporários. Tais mudanças provocaram importante movimento de resistência que eclodiu na ocupação escolar pelos estudantes. O movimento contou com o apoio das subseções da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP) pelos municípios do interior e, de certo modo, deu continuidade à “mais longa” greve de professores que ocorreu em 2015 (GROPPO, et. al, 2023). Desta forma se conseguiu suspender o fechamento de unidades de ensino pelo estado, no entanto, com a crise política nacional e a aprovação da Lei do NEM, intensificou-se em SP a produção de uma nova proposta curricular.

O currículo paulista está estruturado em 3.000 horas distribuídas ao longo de três anos. Desse total, 1.800 são de formação básica estruturada através de componentes curriculares das áreas de Linguagem (português, educação física, artes e língua estrangeira); Matemática; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (história, geografia, filosofia e sociologia) e Ciências da Natureza (biologia, física e química). As outras 1.200 horas são reservadas ao itinerário formativo “escolhido” pelos estudantes. Além dos itinerários previstos na lei federal, o documento criou combinações entre eles através da articulação das áreas do conhecimento e também do itinerário de formação profissional, que tem recebido grandes investimentos do Estado visando sua ampliação (CINTRA, 2022).

No entanto, como identificado por pesquisadores da REPU (2022), os estudantes têm escolhido com menor frequência os itinerários profissionalizantes, na comparação com as escolhas pelos Aprofundamentos. Dos cursos profissionalizantes selecionados, os cinco recorrentes são: administração, informática para internet, marketing, design gráfico e desenvolvimento de sistema. Essa situação, de certo modo, se assemelha ao processo vivido

nos anos de 1970 quando, de forma compulsória, se determinou a profissionalização no antigo 2º grau. A baixa procura e o movimento estudantil que seguia reivindicando o acesso à universidade, tornou inviável o projeto explicitado na Lei.

Os itinerários resultam da junção de componentes do INOVA Educação – programa do governo em parceria com o Instituto Ayrton Senna (IAS) - com os Aprofundamentos Curriculares que se constituem a partir das quatro grandes áreas do conhecimento. No 1º ano, ele é composto pelas disciplinas do INOVA (disciplina Eletiva (2 a/s), Projeto de Vida (2 a/s) e Tecnologia (1 a/s). Já nos 2º e 3º anos incorporam, além dessas disciplinas, os componentes curriculares de cada área de Aprofundamento. Para a implementação deste currículo foi desenvolvido o Material de Apoio ao Planejamento e Práticas do Aprofundamento (MAPPA). Trata-se de material em que são apresentadas passo a passo, cada aula e atividade a ser desenvolvida pelo professor nos diferentes componentes.

Considerando as mudanças no EM e o recente movimento protagonizado pelos jovens secundaristas, iniciei um trabalho investigativo para compreender os impactos da Reforma na escola e, em especial, na vida e na formação dos jovens estudantes. Desta forma, me interessa conhecer como os matriculados no EM percebem e significam as atuais mudanças curriculares. O que pensam sobre essas mudanças? De que forma foram afetados pela ampliação da carga horária? E pelos itinerários formativos? Até que ponto esta Reforma tem repercutido em seus projetos de futuro?

Metodologia:

Através de plataforma digital, os estudantes de quatro escolas públicas foram convidados a participarem do levantamento. Contando com o trabalho de jovens, bolsistas de IC e de IC-Ensino Médio, aplicamos um questionário para os matriculados no 2º ano em 2022 e que, portanto, já estavam cursando os itinerários formativos. O questionário foi respondido entre os meses de novembro de 2022 e fevereiro de 2023, quando parte deste grupo iniciava o 3º ano do EM. Três das escolas selecionadas estão situadas na cidade de Campinas (HF, RSJ e NPN) e uma (AB) está localizada em Valinhos, município pertencente à Região Metropolitana de Campinas (RMC). No total, foram respondidos 112 questionários por jovens de 16 e 17 anos de idade, assim distribuídos: HF (25), AB (20), RSJ (26) e NPN (41). As mulheres constituem a maior parte das participantes da pesquisa, desta forma, usarei o feminino para me referir aos dados coletados.

Análise e Discussão dos Dados:

As estudantes se autodeclararam brancas, exceto na escola HF em que o percentual de autodeclaradas negras (45,2%) é superior ao de brancas (29%). As estudantes das quatro escolas estavam procurando emprego: HF (56%) AB (45%), RSJ (61,5%) e NPN (34,1%). Na última foi registrado o maior percentual de jovens que declararam trabalhar (43,9%).

São filhas de pais pedreiros, motoristas e auxiliares de serviços gerais ou aposentados.

Um número significativo delas desconhece a atividade laboral do pai o que também pode indicar um frágil vínculo entre eles. Ao mesmo tempo, muitas de suas mães estavam desempregadas e outras trabalhavam como faxineira, professora, costureira, cuidadora de idosos ou atuavam no comércio local.

Se consideram pouco ou nada informadas sobre o NEM. Quando perguntadas sobre a escolha pelo itinerário formativo, declararam que não fizeram a escolha, chegando a um percentual de 78% na Escola NPN. Acreditam que a equipe escolar optou por elas. Talvez esta condição tenha contribuído para que a maior parte avaliasse o itinerário cursado de forma indiferente. Nas Escolas HF e AB a avaliação positiva do itinerário (24% e 35%) é maior do que a avaliação negativa (16% e 15%). Na AB a ampla maioria das respostas é de estudantes que cursavam o itinerário “Cultura do Solo” que foi bem avaliado, em especial, por proporcionar atividades práticas e aulas de laboratório, demonstrando a importância de um trabalho pedagógico pautado pelo diálogo e pela interação entre elas.

Enquanto isso, nas Escolas RSJ e NPN, 30% e 31,7% avaliam o itinerário cursado como bom e 61,5% e 48,8% como péssimo. Consideram que há pouco conteúdo: *são repetitivos, um enche linguiça sem fim, só tem matéria estranha*. Sentem que este espaço poderia ser melhor utilizado por disciplinas tradicionais e que foram retiradas do currículo.

Em sua ampla maioria consideram muito boa a possibilidade de escolher alguma área para se aprofundar, apesar de reconhecerem que nem esta possibilidade tem sido assegurada para elas: *nem escolher o que nós queremos podemos, a maioria das escolas não conseguem dar todas essas opções* (Escola HF). Uma aluna da RSJ disse que não se identificava mais com o itinerário escolhido e não tinha como modificar esta situação. Como afirma a estudante da AB: *o ponto positivo sobre o NEM é o aprofundamento nos assuntos de interesse do aluno*. No entanto, isso não significa excluir outras áreas de conhecimento, conforme diz uma colega sua: *o itinerário que eu curso exclui as aulas de física, química, biologia e diminui as horas semanais de aulas de matemática. Quero me aprofundar naquilo que tenho interesse, e não deixar de aprender aquilo que é necessário para focar em assuntos dos quais sequer os professores tem domínio*. As estudantes percebem os desafios enfrentados pelos professores diante dos novos temas dos itinerários e se mostram solidárias a eles. Recorrentemente aparece a preocupação com a perda de conteúdos tradicionais a partir da inclusão dessas “novas disciplinas”, e a desvantagem que terão no momento da realização do ENEM, vestibulares e ou concursos públicos.

A disciplina Projeto de Vida é considerada ruim pela maioria, apesar de julgarem ser uma disciplina importante. Consideram que seu conteúdo é adequado à carga horária semanal, mas expressam as dificuldades enfrentadas diante dos temas trabalhados. Algumas afirmam que cursar esta disciplina contribuiu para o aumento da sua ansiedade: *Tenho desconforto por esta matéria, mesmo que com propósito bom, pra mim ela questiona coisas que não sei responder e metas que já morreram ou não aguento alcançar* (HF); *péssima, não ajuda em nada no que quero ser, e me causa mais crises existenciais e ansiedade do que me ajuda a*

pensar no futuro (NPN). Além dos conteúdos, as estudantes elucidam os riscos de maior sofrimento que podem também estar associados a uma atuação de professores sem formação adequada: *É preciso um profissional capacitado e especializado na área de psicologia, para realmente ajudar com questões emocionais, e não apenas ativar gatilhos e levantar questões que não são resolvidas* (AB). De forma crítica, afirma uma das estudantes da RSJ: *não vejo muito sentido já que me parece muito vago dada as minhas dificuldades cognitivas e o planejamento de um futuro incerto, é boa para neuróticos, porém, falha com os neurodivergentes*. Reconhecendo a instabilidade da vida (LEÃO, DAYRELL e REIS, 2011), a demanda pela definição de um projeto para o futuro torna-se penoso e sofrido. Em proporção menor, existem avaliações positivas, em especial, as que consideram que a disciplina ajuda a pensar sobre o futuro.

Nas 4 escolas houve o acréscimo de carga horária diária para atender às mil horas anuais do NEM paulista. Para a ampla maioria, não há disponibilidade para acompanhar essas novas matérias. No caso da escola HF, as aulas são oferecidas de forma remota, fazendo uso do Centro de Mídia de SP (CMSP). A NPN é a que apresenta o maior índice das que afirmam não ter disponibilidade para o acompanhamento dessas aulas e é também a escola que apresentou o maior percentual de estudantes que declararam trabalhar ou estar procurando emprego.

A maioria avalia como péssimo e ruim este NEM: HF (56% e 24%); AB (25% e 30%); RSJ (73,1% e 19,2%) e NPN (70,7% de péssimo). A ampliação da carga horária é uma das maiores reclamações das estudantes, associado à retirada de disciplinas que consideram importantes: *existem muitos adolescentes que trabalham, ainda mais em escolas públicas. Às vezes é uma das únicas rendas que tem em casa e esse NEM atrapalha muito, além de tirar cada vez mais matérias importantíssimas..* (HF); *e eu não acho que a gente deveria escolher uma matéria só para estudar já que alguns não tem certeza do que querem fazer* (HF). Em síntese, conforme afirma uma estudante da AB: *é positivo pra quem já achou a área que quer seguir no futuro, e negativo pra quem quer explorar mais*. Esta aluna, de certo modo, aponta para o anseio em se experimentar mais, ou seja, em poder viver a juventude em sua plenitude (DAYRELL, 2007). De forma crítica, principalmente para as que trabalham, as estudantes percebem que o NEM é um projeto que irá contribuir para aprofundar as desigualdades de oportunidades entre jovens estudantes do EM público e privado.

Considerações Finais:

As estudantes destacam a importância em se fazer escolhas ao longo de seu percurso formativo de EM. De certo modo, este anseio se aproxima da demanda por maior autonomia e liberdade que é expressa também nas manifestações juvenis mais recentes. Dizem do desejo em aprofundar os estudos em áreas com as quais mais se identificam o que, segundo elas, não implica em abdicar dos conhecimentos de outras, principalmente por considerarem que esses serão cobrados nos exames de seleção para o ES e ou provas de concursos públicos. A ampliação da jornada diária na escola ou através de aulas online tem impactado de modo

especial as estudantes que trabalham ou que estão procurando emprego. Desta forma, como as depoentes afirmam, o NEM irá contribuir para o aprofundamento das desigualdades educacionais entre jovens das camadas populares e os filhos de grupos privilegiados.

Referências:

CINTRA, S. **O Programa NOVOTEC e a Reforma do EM no Estado de SP**. Dissertação Mestrado. FE/Unicamp, 2022.

DAYRELL, J. A escola ‘faz’ as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Ed. & Soc.** v. 28, n. 100, out/2007.

GROPPO, L. A (et. all) “Um ato de liberdade”: movimento de estudantes secundaristas em SP, 2015, in **Pro-Posições**, v. 34, 2023.

LEÃO, G; DAYRELL, J. e REIS, J. Juventudes, Projeto de Vida e Ensino Médio. **Ed. & Soc.** v. 32, n. 117, out/dez 2011.

REPU. **Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de SP**. SP: REPU, 02 jun. 2022.

SENKEVICS, A. O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro (1991-2020). Tese Doutorado. FE/USP, 2021.